



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHOS
ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 041 /2018

C.P.L.

Fis. 248

Contrato de prestação de serviços de Consultoria e Assessoria Contábil que entre si fazem o MUNICÍPIO DE CARVALHOS - MG e a empresa PLANEJAR CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA., na forma abaixo.

O MUNICÍPIO DE CARVALHOS, pessoa jurídica de direito público, com sede na Av. Esdras Thomaz Salvador, nº 295, Bairro Centro, na cidade de Carvalho, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.194.217/0001-45, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Antônio de Pádua de Carvalho Moura, brasileiro, casado, aposentado, portador da Carteira de Identidade nº M-731.955, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 079.302.086-72, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa PLANEJAR CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA, com sede na Rua Major Penha, nº 359, Sala 01, Bairro Centro, CEP 37.440-000, na cidade de Caxambu, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.125.096/0003-70, neste ato representada pelo Sr. Carlos Henrique Leal Porto, brasileiro, casado, técnico em contabilidade, portador da Carteira de Identidade nº 015747/0-2, expedida pelo CRC/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 065.022.616-04, residente e domiciliado na Rua Doutor Constantino Paleta, nº 60, Apto. nº 1504, Bairro Centro, CEP 36.015-450, na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, doravante denominada CONTRATADA, com base no Processo Licitatório nº 028/2018, Tomada de Preços nº 002/2018, firmam o presente contrato, obedecidas às disposições da Lei Federal nº 8666/93 e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços técnicos profissionais de Consultoria e Assessoria Contábil para Administração Pública nas áreas de finanças públicas, compreendendo: orçamento público, contabilidade pública, tesouraria e execução orçamentária, patrimônio, compras, almoxarifado e folha de pagamento, inclusive disponibilização de software para o desenvolvimento dos trabalhos, conforme descrição constante do anexo I do edital de licitação.

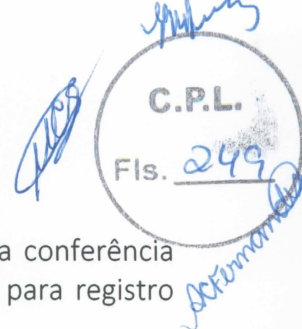
CLÁUSULA SEGUNDA
DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. A CONTRATADA deverá providenciar o atendimento diário às consultas realizadas pela CONTRATANTE nas áreas especificadas no item 1.1, em sistema de plantão, com profissionais especializados.





PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHOS ESTADO DE MINAS GERAIS



2.2. Assessoramento técnico mensal na sede da CONTRATANTE, consistente na conferência do banco de dados alimentado no sistema de informação eletrônico adotado para registro das execuções orçamentária, financeira e patrimonial, compreendendo:

2.2.1. Emissão de relatório mensal de acompanhamento, com constatações técnicas referentes à aplicação de recursos próprios e vinculados nas áreas de Educação e Saúde; realização das despesas com Pessoal e avaliação da situação orçamentária, financeira e patrimonial da CONTRATANTE;

2.2.2. Apoio Técnico na elaboração do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual;

2.2.3. Apoio Técnico no acompanhamento da execução orçamentária;

2.2.4. Apoio Técnico na elaboração dos relatórios de que trata os artigos 52, 53 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal);

2.2.5. Apoio Técnico na elaboração das Prestações de Contas Anuais a serem encaminhadas ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e ao Poder Legislativo Municipal.

2.3. Orientações técnicas periódicas em função da edição de novas leis e normas, referentes às áreas de finanças públicas, inclusive de Instruções Normativas do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

2.4. Orientação Técnica nas defesas escritas de processo administrativo relativo à Prestação de Contas Anual do período contratado, junto ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e ao Poder Legislativo Municipal.

2.5. Instalação, na sede da CONTRATANTE, de sistema de informações eletrônico integrado de dados (com alimentação simultânea do mesmo tipo de informações e online), de acordo com a estrutura física da CONTRATANTE, para atendimento às áreas de orçamento, contabilidade, tesouraria, execução orçamentária, patrimônio com os requisitos mínimos exigidos no subitem 2.8 do projeto básico.

2.6. Apoio técnico na organização do processo de prestação de contas mensal compreendendo inclusive o acesso e compartilhamento dos registros de execução de despesa dos demais atos com repercussão contábil, financeira, orçamentária e patrimonial referentes à compras, almoxarifado e folha de pagamento, com os requisitos mínimos exigidos no subitem 2.8 do projeto básico, constantes dos leiautes do Portal do SICOM – Sistema Informatizado de Contas dos Municípios - para disponibilidade ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, nos termos da Instrução Normativa nº 03, de 25 de novembro de 2015.





2.7. Apoio Técnico no envio do Sicom.

CLÁUSULA TERCEIRA
DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

3.1. Os serviços de consultoria serão prestados à distância, no escritório da CONTRATADA, mediante atendimento através de telefone, fax e e-mail, e mediante o envio de instruções, orientações e documentos por escrito, via correio.

3.2. A CONTRATADA deverá manter pelo menos um profissional capacitado em seu escritório ou disponível para atendimento telefônico, no horário de 8:00 as 18:00 horas, nos dias úteis. Tal profissional ficará assim disponível para atendimento de consultas do Prefeito e servidores.

3.3. A CONTRATADA designará um profissional de seu quadro permanente para comparecer a sede da contratante, uma vez por mês, a fim de realizar as atividades.

3.4. A CONTRATANTE poderá, a critério do Prefeito, requisitar a presença de um profissional para visitas técnicas além da frequência indicada no item 3.3, para esclarecimento de questões excepcionais, para participação em debates ou reuniões promovidas pelo Poder Executivo, ou outras atividades relacionadas à prestação dos serviços contratados.

3.5. Todas as visitas técnicas, tanto as regulares quanto as excepcionais, serão agendadas com antecedência de pelo menos 3 (três) dias úteis.

3.6. As despesas do consultor relativas à visita técnica mensal (deslocamento, hospedagem e alimentação) serão custeadas pela própria CONTRATADA, estando já incluídas no valor da remuneração contratual

3.7. Os serviços de consultoria e assessoria objeto deste contrato deverão ser prestados por profissionais com experiência comprovada na prestação de serviços a órgãos públicos municipais no Estado de Minas Gerais.

3.8. São de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA:

- a) o perfeito cumprimento do serviço contratado, conforme as cláusulas deste contrato e o termo de referência que compôs a licitação que o originou;
- b) manter durante toda a execução do presente as condições de habilitação e qualificação apresentadas na contratação;
- c) o pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais que forem devidos a sua equipe de trabalho no desempenho do serviço relativo ao presente contrato, não os transferindo a contratante em hipótese alguma.



3.9. São de exclusiva responsabilidade da CONTRATANTE:

- a) proporcionar condições para a boa execução dos serviços, fornecendo à CONTRATADA os documentos e demais elementos necessários as suas atividades, bem como permitindo o livre acesso dos técnicos aos equipamentos, materiais e informações utilizados no serviço.
- b) designar um responsável para acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato;
- c) advertir por escrito à CONTRATADA quando os serviços não estiverem sendo prestados de forma satisfatória.

CLÁUSULA QUARTA
DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

4.1. Pelos serviços objeto do presente contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância de R\$88.200,00 (oitenta e oito mil e duzentos reais), dividida em 12 (doze) parcelas de R\$7.350,00 (sete mil, trezentos e cinquenta reais) a serem pagas até o dia 10 (dez) do mês subsequente a prestação de serviços.

4.2. No caso de prorrogação deste contrato, o valor mensal dos serviços poderá ser reajustado após vigência contratual de cada período de 12 (doze) meses, mediante aplicação do índice de inflação apurado nos 12 (doze) meses anteriores pelo IGPM da Fundação Getúlio Vargas. Nesta hipótese, o reajuste será aplicado sobre o valor da parcela (mensalidade) atribuído no item 4.1, de forma que o valor global mantenha-se proporcional a duração do ajuste. O reajuste de que trata esta cláusula, quando cabível, será registrado no presente processo administrativo mediante termo de apostila, nos termos do art. 65, § 8º da Lei nº 8666/93.

4.3. Na hipótese de haver atraso quanto ao pagamento, o valor devido será atualizado pelo IGPM da Fundação Getúlio Vargas, no período compreendido entre a data do adimplemento da obrigação e a da efetiva quitação

4.4. Todos os faturamentos necessários serão efetuados pela CONTRATADA através de notas fiscais de prestação de serviços.

CLÁUSULA QUINTA
DA VIGÊNCIA

5.1. O presente instrumento vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, e poderá ser prorrogado, através de termos aditivos, por prazos sucessivos de 12 meses, até o limite permitido pelo art. 57, II, da Lei nº 8666/93.

[Handwritten signature]





PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHOS ESTADO DE MINAS GERAIS

CLÁUSULA SEXTA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta da dotação:
3.3.90.35.00.2.02.00.04.122.002.2.0014 – Desenvolvimento dos Serviços Contábeis

CLÁUSULA SÉTIMA TRANSFERÊNCIA E RESPONSABILIDADE

7.1. A CONTRATADA não poderá transferir o presente contrato, no todo ou em parte, sem o expresse consentimento da contratante sob pena de rescisão deste instrumento, sendo a CONTRATADA a única responsável pelo objeto contratado, respondendo civil e criminalmente por todos os danos e prejuízos que, na execução dele venha direta ou indiretamente, a provocar ou causar a CONTRATANTE e/ou a terceiros.

CLÁUSULA OITAVA DA RESCISÃO, ALTERAÇÃO E PRORROGAÇÃO

8.1. O presente contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada qual pela sua inexecução, total ou parcial, que ensejará rescisão do ajuste, mediante comunicação escrita a outra parte, com as consequências previstas em lei.

8.2. Se a rescisão da avençada se der por quaisquer causas previstas nos incisos I a IX, do art. 78, da Lei nº 8666/93, a CONTRATADA sujeitar-se-á, ainda, ao pagamento de multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

8.3. Aplicam-se ainda ao presente contrato os casos de rescisão administrativa previstos nos artigos 78 e 79 da Lei nº 8666/93, com as penalidades previstas no art. 80 da mesma Lei.

8.4. O presente contrato poderá ser alterado, nos termos do art. 65 da Lei nº 8666/93, ou prorrogado, sempre na forma de termos aditivos.

CLÁUSULA NONA DAS SANÇÕES E PENALIDADES

9.1. O descumprimento das obrigações no presente contrato ou a ocorrência de qualquer dos motivos elencados no art. 78 da Lei nº 8666/93 será comunicado pela parte prejudicada à outra, por escrito, entregue diretamente ou por via postal, com Aviso de Recebimento, para que seja providenciada a regularização no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

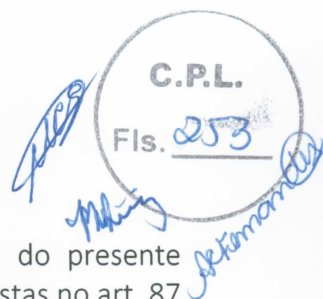
9.2. A não regularização no prazo acima aludido ensejará, a critério da parte prejudicada, sem prejuízo de outras sanções, a rescisão do contrato.

C.P.L.
Fls. 252
C. P. L.
C. P. L.





PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHOS ESTADO DE MINAS GERAIS



9.3. O não cumprimento de qualquer obrigação assumida em decorrência do presente contrato, por parte da contratada, poderá ensejar a aplicação das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8666/93, garantida a prévia defesa.

9.4. As penalidades previstas neste contrato poderão deixar de ser aplicadas, total ou parcialmente, a critério do Prefeito Municipal, se entender as justificativas apresentadas pela contratada como relevantes.

9.5 - A inexecução total ou parcial, ou a desistência na entrega do objeto desta tomada de preços, acarretará à licitante as seguintes penalidades:

- a) Advertência.
- b) Multas nos seguintes percentuais:
 - b.1) Os primeiros 05 (cinco) dias, multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, calculados sobre o valor da prestação de serviços, sem prejuízo das penalidades previstas na legislação que rege a matéria.
 - b.2) A partir do 6º (sexto) dia, multa de 2% (dois por cento), também calculada sobre o valor da aquisição, conforme Art. 87 e 88 da Lei nº 8666/93.
- c) Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Municipal nos termos da Lei nº 8666/93.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir o contratante pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada, com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA DO FORO

10.1. Fica eleito para dirimir quaisquer pendências que possam advir da execução deste contrato, em atendimento ao § 2º do art. 55 da Lei 8666/93, o foro da Comarca de Aiuruoca – MG.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. São de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA os pagamentos aos seus empregados que venham a prestar os serviços ora contratados, ficando a CONTRATANTE totalmente livre de qualquer responsabilidade em relação a terceiros.

11.2. É também de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA o recolhimento de todo e qualquer encargo trabalhista, previdenciário e comercial decorrente da execução desse contrato, de acordo com o art. 71 da Lei nº 8666/93 não gerando direito a CONTRATADA,

Avenida Esdras Thomaz Salvador, nº 295 – Centro – CEP: 37456-000 – Carvalho/MG Fone/Fax (35)3345-1491
CNPJ: 18.194.217/0001-45 E-mail: licitacaocarvalhos@hotmail.com
REFERÊNCIA: PROCESSO LICITATÓRIO 028/2018 TOMADA DE PREÇOS 002/2018





PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHOS ESTADO DE MINAS GERAIS

C.P.L.
Fls. 254
[Handwritten signatures and initials]

nem a qualquer de seus sócios ou empregados, de peticionar quaisquer benefícios oriundos de relação de emprego.

11.3. Obriga-se a CONTRATADA ao disposto no art. 55, XIII, da Lei Federal nº 8666/93.

11.4. Nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8666/93, a CONTRATANTE realizará a publicação resumida do presente instrumento de contrato.

E por estarem, assim, combinados, ajustados e contratados, fizeram este instrumento em três vias de igual teor e forma, que, depois de lidas e achadas conformes pelas partes, vão assinadas, na presença de duas testemunhas.

Carvalhos/MG, 02 de maio de 2018.


Município de Carvalhos
Antônio de Pádua de Carvalho Moura
Contratante


Visto Assessoria Jurídica
Adriano José Senador
OAB/MG 54.948


Planejar Consultores Associados Ltda.
Carlos Henrique Leal Porto
Contratada



Testemunhas:

1. Carla C. Rodrigues
Nome:
CPF: 881.925.156-87

2. [Signature]
Nome:
CPF: 581.222.976-04